

## **Saúde Pública E Diversidade: Desafios E Avanços No Atendimento À População LGBTQIAPN+**

Danillo Paulo Da Silva Vitalino  
*UFCAT*

Bruna Costa Camarão Maia  
*CEUMA*

Erick Vieira Queiroz de Oliveira  
*Universo*

Luciana Cruz Rodrigues  
*Universidade Federal Do Maranhão*

José Antenor Lopes Medeiros Meneses  
*Universidade Federal Do Tocantins*

Ewerton Helder Bentes De Castro  
*Universidade Federal Do Amazonas*

Pedro Lucas De Aquino Coelho  
*Faculdade Metropolitana De Manaus - Fametro*

Ticiano Yazegy Perin  
*FDCI*

Wesley Dos Reis Mesquita  
*UNIMONTES*

Valber Santos Brito  
*UNIVASF*

Waldyr Barcellos Júnior  
*UFF*

Laryssa Castro da Costa  
*Faculdade Anhanguera de Macapá*

Layane Do Nascimento Lima  
*UFMA*

---

### **Resumo:**

*Esta pesquisa teve como objetivo analisar os desafios e avanços no atendimento à população LGBTQIAPN+ no contexto da saúde pública, considerando as percepções e vivências de profissionais da área. A metodologia adotada foi qualitativa, com abordagem exploratória, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com 13 profissionais atuantes em diferentes serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Os resultados evidenciaram lacunas significativas na formação acadêmica, ausência de protocolos específicos, resistência cultural e falhas na implementação do uso do nome social, além da prevalência de práticas discriminatórias, muitas vezes*

veladas. Por outro lado, também foram identificadas experiências positivas de acolhimento, promovidas por profissionais comprometidos e por iniciativas de formação continuada, especialmente quando há apoio institucional e articulação com movimentos sociais. Conclui-se que, apesar de avanços pontuais, é urgente a consolidação de políticas públicas permanentes, bem como a capacitação constante das equipes de saúde, visando à promoção de um cuidado ético, sensível e efetivamente inclusivo para a população LGBTQIAPN+.

**Palavras-chave:** Saúde; Diversidade; LGBTQIAPN+.

Date of Submission: 08-05-2025

Date of Acceptance: 18-05-2025

## I. Introdução

Nas últimas décadas, as discussões em torno da diversidade sexual e de gênero têm ganhado maior visibilidade nos espaços públicos, acadêmicos e institucionais. No contexto da saúde pública, esse debate se intensifica ao evidenciar as desigualdades enfrentadas por pessoas LGBTQIAPN+ no acesso e na qualidade do atendimento prestado. A saúde, entendida como direito universal, deve ser garantida sem discriminação, o que demanda políticas inclusivas e profissionais capacitados para atender às especificidades dessa população (Almeida et al., 2024).

A população LGBTQIAPN+ historicamente vivencia situações de exclusão, estigmatização e vulnerabilidade social, aspectos que se refletem nas práticas e estruturas dos serviços públicos de saúde. Estudos indicam que pessoas trans e travestis, por exemplo, são frequentemente vítimas de violência institucional, seja por atitudes discriminatórias de profissionais, seja pela ausência de protocolos específicos que respeitem suas identidades. A invisibilização dessas identidades compromete a integralidade da atenção à saúde, um dos princípios fundamentais do SUS (Ferreira et al., 2017).

Além da discriminação direta, há também uma lacuna na formação dos profissionais da saúde em relação às demandas da população LGBTQIAPN+. Muitas vezes, médicos, enfermeiros e demais trabalhadores da saúde não possuem conhecimentos adequados sobre as vivências e necessidades dessa população, o que compromete a eficácia do cuidado prestado. A ausência de conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero nos currículos da área de saúde é uma das causas apontadas para esse despreparo (Ferreira, 2022).

Por outro lado, é possível observar avanços significativos no campo das políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+. A criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2011, representa um marco importante na luta por equidade no SUS. Esta política reconhece as especificidades da população LGBTQIAPN+ e orienta os serviços de saúde para garantir o acesso universal e igualitário, bem como o respeito às identidades de gênero e orientações sexuais (Carvalho et al., 2024).

Apesar das normativas e diretrizes existentes, a efetivação das políticas públicas de saúde inclusiva ainda enfrenta resistências culturais, institucionais e políticas. A descontinuidade de ações, a baixa fiscalização e a falta de investimento em formação continuada dos profissionais comprometem a consolidação de uma rede de atenção que realmente atenda às demandas da diversidade. Além disso, muitos usuários LGBTQIAPN+ evitam procurar serviços públicos por medo de discriminação, o que agrava desigualdades em saúde (Gonçalves; Gonçalves, 2021).

A escuta ativa, o acolhimento humanizado e a criação de espaços de confiança são estratégias fundamentais para enfrentar os desafios históricos. Essas ações precisam ser articuladas com mudanças estruturais e políticas institucionais claras que promovam a equidade e respeitem os direitos humanos. Nesse sentido, compreender como os profissionais da saúde percebem e vivenciam essas demandas é fundamental para apontar caminhos possíveis para a transformação da prática assistencial (Gonçalves; Gonçalves, 2021).

Diante desse cenário, o objetivo desta pesquisa é analisar os desafios e avanços no atendimento à população LGBTQIAPN+ no contexto da saúde pública, a partir da percepção de 13 profissionais que atuam em diferentes serviços do SUS.

## II. Materiais

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório, que buscou compreender as percepções, experiências e práticas de profissionais da saúde frente ao atendimento à população LGBTQIAPN+. A escolha por essa abordagem se deu pela necessidade de aprofundar aspectos subjetivos e contextuais que não podem ser quantificados, mas que são fundamentais para compreender a complexidade do tema. Participaram da pesquisa 13 profissionais da área da saúde, entre médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e agentes comunitários, atuantes em diferentes serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), como Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e ambulatórios especializados. A seleção dos participantes foi realizada por meio de amostragem intencional, priorizando profissionais com experiência no

atendimento a pessoas LGBTQIAPN+. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas individualmente, com duração média de 40 minutos. As entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e analisadas com base na técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin. Essa técnica permitiu identificar categorias temáticas relacionadas aos desafios enfrentados, às práticas inclusivas adotadas e às percepções sobre os avanços no cuidado em saúde.

### **III. Resultados E Discussões**

Os resultados da pesquisa revelam um cenário multifacetado quanto ao atendimento da população LGBTQIAPN+ nos serviços públicos de saúde. As percepções dos 13 profissionais entrevistados evidenciam tanto avanços importantes quanto desafios estruturais persistentes, refletindo uma realidade ainda em construção e marcada por contradições.

De maneira geral, os participantes destacaram a insuficiência na formação acadêmica em relação às temáticas de diversidade sexual e de gênero. Muitos relataram que não tiveram qualquer disciplina ou conteúdo voltado para o atendimento a essa população durante sua graduação ou formação técnica. Segundo o respondente E03, “a gente aprende na prática, porque na faculdade não teve nada sobre isso, nem mesmo uma palestra”. O profissional E06 acrescentou: “fui entender o que era identidade de gênero depois de trabalhar com um paciente trans e buscar informações por conta própria”.

A insegurança no atendimento a pessoas LGBTQIAPN+ foi outro ponto recorrente. A ausência de conhecimento técnico e conceitual leva muitos profissionais a adotarem posturas evasivas ou neutras, por medo de errar. Conforme E01 relatou: “fico sempre receosa de perguntar algo e parecer desrespeitosa, porque não fui preparada para isso”. Já o profissional E08 observou que “a falta de preparo não justifica atitudes preconceituosas, mas mostra como estamos despreparados enquanto sistema”.

Em relação às práticas institucionais, a escassez de protocolos específicos para o atendimento dessa população foi criticada. A maioria dos entrevistados afirmou que não há orientações claras nos serviços onde atuam. De acordo com E02, “o atendimento a pessoas LGBTQIAPN+ depende muito da sensibilidade do profissional, porque não tem um fluxo definido nem orientações específicas”. E10 completou dizendo: “muitas vezes, o nome social nem é registrado corretamente no sistema, o que já começa criando uma barreira com o paciente”.

O uso inadequado do nome social foi apontado como um dos principais fatores de desrespeito e afastamento da população LGBTQIAPN+ dos serviços de saúde. Profissionais relataram que nem todos os colegas se preocupam em respeitar esse direito. Segundo E09, “a ficha vem com o nome civil, e tem gente que insiste em chamar pelo nome de registro, mesmo o paciente corrigindo”. Para E12, “isso é violência simbólica, é dizer pra pessoa que ela não é reconhecida ali”.

A discriminação institucional também se manifesta em atitudes veladas e, em alguns casos, explícitas. Alguns profissionais relataram episódios de preconceito por parte de colegas. E04 relatou: “já ouvi técnico de enfermagem dizer que ‘isso é falta de Deus’ ao se referir a um paciente gay”. E13 mencionou que “há setores que preferem não atender quando descobrem que o paciente é trans”.

Além das barreiras dentro dos serviços de saúde, os profissionais também apontaram os fatores sociais de exclusão como agravantes da vulnerabilidade em saúde. Muitos usuários LGBTQIAPN+ chegam aos serviços já marcados por históricos de rejeição familiar, violência urbana e instabilidade econômica. Conforme relatado por E05: “atendemos muitas jovens trans que foram expulsas de casa e vivem de forma precária, o que impacta diretamente na saúde física e mental”.

Apesar das dificuldades, a pesquisa revelou experiências de acolhimento humanizado e sensível. Profissionais relataram estratégias positivas, como escuta ativa, linguagem neutra e respeito às expressões de gênero. Para E07, “a empatia é o ponto de partida; quando você acolhe sem julgar, a pessoa se abre, confia e o atendimento flui melhor”. E11 complementou: “uso sempre o nome que a pessoa prefere, pergunto como ela gostaria de ser tratada, e isso faz toda a diferença”.

Os participantes destacaram que, quando o apoio institucional existe, as práticas inclusivas se tornam mais consistentes. Em alguns serviços, há iniciativas de formação continuada e rodas de conversa sobre diversidade. Segundo E06, “recebemos uma capacitação promovida por uma ONG local e, depois disso, conseguimos revisar alguns procedimentos do ambulatório”. Já E10 relatou que “o gestor do CAPS onde trabalho é muito aberto ao diálogo, e isso motiva a equipe a se posicionar de forma mais inclusiva”. Contudo, tais iniciativas ainda são pontuais.

A falta de políticas institucionais permanentes e a descontinuidade das ações são apontadas como barreiras à consolidação de práticas duradouras. Conforme E03 observou: “quando troca a gestão, muita coisa para; falta continuidade e compromisso político com a pauta LGBTQIAPN+”.

Um tema que emergiu com força nas entrevistas foi a necessidade de formação permanente e humanização no cuidado. Os profissionais entendem que a diversidade precisa ser tratada como conteúdo

transversal nos serviços. Segundo E08: “não é só uma questão de aprender os termos certos, mas de repensar a prática, o modo como a gente enxerga o outro”.

A formação acadêmica foi novamente apontada como ponto crítico. E01 sugeriu: “os cursos de saúde precisam urgentemente incluir essa temática nos currículos, desde o início”. Já E05 propôs que “as residências e pós-graduações também incluam estágios e projetos voltados ao atendimento de populações vulnerabilizadas”. A importância do acolhimento psicológico também foi ressaltada. Muitos profissionais relataram que a saúde mental dos usuários LGBTQIAPN+ frequentemente está comprometida, o que demanda atenção especial. Para E12: “temos casos de automutilação, depressão e ansiedade muito graves, e precisamos estar preparados para acolher com sensibilidade”.

A ausência de suporte emocional aos profissionais também foi mencionada. Atender situações de violência, vulnerabilidade e exclusão pode ser desgastante. E13 relatou: “às vezes saímos emocionalmente abalados, e não temos com quem conversar ou processar isso”.

O papel dos movimentos sociais e de ONGs foi destacado por muitos entrevistados como essencial para ampliar o diálogo e pressionar o poder público por mudanças. E04 afirmou: “a parceria com organizações da sociedade civil foi o que nos abriu os olhos para essa realidade; elas trazem formação e articulação”. A visibilidade de profissionais LGBTQIAPN+ dentro das equipes de saúde também foi citada como promotora de mudança cultural. Segundo E11: “quando há profissionais da própria comunidade atuando na equipe, a escuta muda, o olhar se humaniza, há mais sensibilidade”.

Alguns participantes mencionaram experiências positivas com usuários que retornaram ao serviço e relataram terem sido acolhidos. E02 destacou: “uma paciente trans voltou depois de meses afastada e disse que se sentiu respeitada como nunca antes. Isso é a maior prova de que estamos no caminho certo”. No entanto, a resistência cultural e religiosa ainda é um desafio. E09 relatou: “alguns colegas dizem que não vão se adaptar porque ‘fere suas crenças’, mas esquecem que o SUS é laico e que o respeito é um princípio ético, não opcional”.

Por fim, os profissionais foram unânimes ao afirmar que os avanços são reais, mas ainda insuficientes. A luta por uma saúde pública inclusiva depende de políticas estruturantes, da valorização da diversidade e da formação ética e técnica das equipes. E07 resumiu: “estamos caminhando, mas ainda falta muito. É preciso coragem institucional para transformar de fato o sistema”.

#### **IV. Conclusão**

A presente pesquisa revelou que, embora haja avanços importantes no reconhecimento da diversidade sexual e de gênero no âmbito da saúde pública, ainda persiste uma lacuna significativa entre o discurso institucional e a prática cotidiana. Os depoimentos dos 13 profissionais entrevistados demonstraram que a ausência de preparo técnico, a escassez de protocolos específicos e as falhas na formação inicial são barreiras constantes para um atendimento verdadeiramente inclusivo à população LGBTQIAPN+. Situações de desrespeito ao nome social, invisibilidade nos registros clínicos e despreparo na abordagem das especificidades dessa população ainda são frequentes e apontam para a urgência de mudanças estruturais.

Além disso, os resultados mostraram que a discriminação não ocorre apenas de forma explícita, mas também se manifesta de maneira velada, através de omissões e posturas indiferentes, que afetam diretamente a qualidade do atendimento e o vínculo com o usuário. Esse cenário evidencia que a saúde pública ainda não compreende completamente a centralidade da equidade e do respeito à identidade na promoção da saúde integral.

A fragilidade do suporte institucional, aliada à resistência cultural, dificulta a implementação de práticas humanizadas e reforça o distanciamento entre os serviços de saúde e a população LGBTQIAPN+, especialmente em situações de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, a pesquisa também evidenciou experiências positivas, construídas a partir do comprometimento ético de profissionais sensíveis e da atuação de organizações sociais parceiras. Essas iniciativas demonstram que é possível transformar o cuidado por meio da escuta qualificada, da empatia, do respeito e da formação continuada.

A presença de profissionais LGBTQIAPN+ nas equipes e a abertura ao diálogo mostraram-se elementos estratégicos para ampliar a compreensão das necessidades dessa população e contribuir para a construção de um sistema de saúde mais acolhedor e justo. Portanto, conclui-se que o atendimento à população LGBTQIAPN+ no SUS exige, além de políticas públicas inclusivas, um investimento contínuo na capacitação dos profissionais de saúde, na promoção de ambientes institucionais acolhedores e no fortalecimento de uma cultura de respeito à diversidade. A saúde pública deve ir além do atendimento clínico, atuando também como espaço de afirmação de direitos e de combate às desigualdades estruturais que impactam a vida e o bem-estar dessa população. O desafio é grande, mas os relatos indicam que há caminhos possíveis – e urgentes – para a transformação.

#### **Referências**

- [1] Almeida, L. P. De; Mouta, R. J. O.; Costa, C. M. A.; Araujo, L. M. De; Peres, P. L. P.; Santos, R. G. S. Dos; Chao, W. S. O Acesso À População Trans Na Atenção Primária Em Saúde Para Garantia Dos Direitos Sexuais: Revisão Integrativa. *Contribuciones A Las Ciencias Sociales*, [S. L.], V. 17, N. 9, P. E10395, 2024.
- [2] Carvalho, P. H. De; Silva, D. De O.; Porcino, C.; França, L. O. De; Cruz, W. S. Da; Suto, C. S. S.; Oliveira, J. F. De; Couto, P. L. S.; Sena, E. L. Da S.; Cruz, M. C. V.; Jesus, M. E. F. De. Desafios Enfrentados Por Profissionais Da Atenção Primária No Cuidado À Saúde De Pessoas Lgbt+. *Contribuciones A Las Ciencias Sociales*, [S. L.], V. 17, N. 9, P. E11075, 2024.
- [3] Ferreira, A. S. Consulta De Enfermagem À População Lgbtqia+ Na Estratégia Saúde Da Família. *Sajes - Revista Da Saúde Da Ajes, Juína/Mt*, V.8, N.16, 2022.
- [4] Ferreira, B. O. Et Al. Caminhos E Vivências De Investigação Acerca Da Saúde Da População Lgbt Em Uma Capital Do Nordeste Brasileiro. *Tempus - Actas De Saúde Coletiva*, V.11, N.1, P.41-49, 2017.
- [5] Gonçalves, M. C.; Gonçalves, J. P. Gênero, Identidade De Gênero E Sexualidade: Conceitos E Determinações Em Contexto Social. *Revista Ciências Humanas-Educação E Desenvolvimento Humano*, V.14, N.1, 2021.